



COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

PROJETO DE LEI Nº 419, DE 2020.

(Apensado: 306/2023)

Altera o Estatuto das Cidades para estabelecer que o Plano Diretor do Município deverá estabelecer requisitos para a realização de eventos que envolvam a aglomeração de pessoas em logradouros públicos

Autor: Deputado Fernando Borja

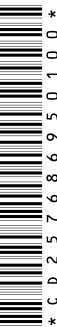
Relator: Deputado Saulo Pedroso.

I – RELATÓRIO

Compete à Comissão de Desenvolvimento Urbano apreciar matéria referente aos assuntos atinentes à urbanismo e arquitetura, política e desenvolvimento urbano, uso, parcelamento e ocupação do solo urbano, sistema financeiro da habitação e transporte urbano e saneamento ambiental, conforme disposto na alínea “a”, inciso VII do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

O projeto de lei em epígrafe pretende acrescentar dispositivo ao artigo 42 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para dispor que o plano diretor deverá conter disposições regulamentando a realização de eventos que envolvam aglomeração de pessoas a serem realizados em logradouros públicos, parque ou espaços não edificado, observados o requisito de raio de distância mínima de cinquenta metros de hospitais, casas de repouso e templos de qualquer culto, seja para concentração, dispersão ou para a instalação de qualquer equipamento de suporte que vise à realização do evento ou ao conforto de seus participantes tais como banheiros químicos, barracas e barreiras físicas.

Com o mesmo teor, foi apensado o Projeto de Lei nº 306, de 2023, de autoria do Deputado Kim Kataguiri, que altera a mesma normativa para dispor sobre



CÂMARA DOS DEPUTADOS



necessidade de consulta prévia aos moradores de uma rua antes do seu fechamento para realização de festas e desfiles.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

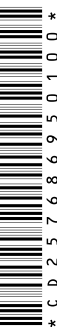
Nos termos do art. 24 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, compete a esta Comissão de Desenvolvimento Urbano proferir parecer acerca do mérito do Projeto de Lei nº 419, de 2020 e de seu apensado.

Preliminarmente, cabe esclarecer que o projeto ora analisado já recebeu, nesta Comissão, parecer apresentado pelo ilustre Deputado Maragoni, o qual não chegou a ser apreciado. Dessa forma, por entendermos que o assunto foi abordado com muita propriedade pelo então Relator, adotamos como nosso o voto proferido nos seguintes termos:

“Entendemos que ambas as proposições são de fundamental importância para a melhoria da qualidade de vida em nossas cidades, mas não vislumbramos uma maneira de tais projetos prosperarem. Explicamos.

Primeiramente, examinamos as competências constitucionais, que muito nos ensinam sobre esse assunto. Dessa forma, compete à União instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano (art. 21, XX). Ademais, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito urbanístico, sendo que tal competência limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

A par da competência federal no âmbito da legislação concorrente, destacamos que cabe ao Estatuto da Cidade definir as diretrizes gerais da política urbana. Os detalhamentos e diversas outras especificações e normas edilícias a serem seguidas no desenvolvimento urbano local cabem à legislação local (municipal ou distrital), por meio de planos diretores, leis de uso e ocupação do solo, códigos de obra, códigos de postura etc.”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Nesse sentido, vislumbramos que a lei federal não pode dispor sobre detalhes específicos referente aos planos diretores, sendo certo, ainda, que o objetivo principal das propostas deve ser incluído em legislações locais, como os códigos de posturas.

Assim, em que pese a boa intenção dos autores, a alteração para dispor que o plano diretor deverá conter disposições regulamentando a realização de eventos que envolvam aglomeração de pessoas a serem realizados em logradouro público, bem como, a necessidade de consulta prévia aos moradores de uma rua antes do seu fechamento para a realização de festas e desfiles é incompatível com as normas gerais que se esperam da legislação federal. De fato, a matéria em comento é tipicamente de interesse local.

Pelo exposto, nosso voto é, quanto ao mérito, pela REJEIÇÃO do PL nº 419, de 2020 e o seu apensado 306, de 2023.

Sala das Comissões, em de de 2025.

Deputado Saulo Pedroso
PSD/SP

